

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Liderada pelo Brasil, a Operação Mare Liberum II ainda se mantém relevante

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 172 • 10 de novembro de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Operação EUNAVFOR Somalia](#)

Por: EU Naval Force

Fonte: EU Naval Force

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Otávio Brasileiro Pires de Camargo (UNESP)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)



SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Novo projeto de Navio de Desembarque Anfíbio argentino 5</p> <p>As novas relações energéticas entre a América Latina e Europa 6</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>A militarização da Guarda Nacional mexicana 7</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>Os desvios ilegais de petróleo e a sofisticação da criminalidade na Nigéria 8</p> <p>EUROPA</p> <p>Um olhar para o futuro energético polonês 9</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>Liderada pelo Brasil, a Operação <i>Mare Liberum II</i> ainda se mantém relevante.... 10</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>A longa viagem ao mar dos petroleiros russos 11</p> <p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>Japão e Coreia do Sul: reestabelecimento de vínculos à vista 12</p>	<p>SUL DA ÁSIA</p> <p>A importância das ilhas Andamão e Nicobar para a presença indiana no Indo-Pacífico 13</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Transição energética e desenvolvimento nacional: a estratégia vietnamita 14</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Os impactos das relações sino-estadunidenses no sexto continente e a COP27 15</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>O caso Pegasus no México e suas implicações para o cenário de segurança cibernética 15</p> <p>Crescentes investimentos na tecnologia de defesa marítima e seu significado para a cibersegurança 17</p> <hr/> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 17</p> <hr/> <p>Calendário Geocorrente 17</p> <hr/> <p>Referências 18</p> <hr/> <p>Mapa de Riscos 19</p>
---	--

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Novo projeto de Navio de Desembarque Anfíbio argentino

Luciano Veneu

As contínuas crises econômicas experienciadas pela Argentina culminaram na precarização de suas Forças Armadas. Apesar do quadro de fragilidade, os governos no século XXI buscam remediar essa situação criando projetos de revitalização dos meios militares, compreendendo a questão como política de Estado ([Boletim 168](#)). Dessa forma, em setembro de 2022, a Marinha da Argentina escolheu o novo projeto de Navio de Desembarque Anfíbio (NDA) a ser construído no país. Sendo assim, qual o impacto poderá ser observado na indústria de Defesa e na área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) argentina?

O futuro NDA da Marinha argentina será do modelo *LST-100*, da empresa estatal holandesa *Damen*, e terá sua construção realizada pelo estaleiro *Rio Santiago*, na cidade de Ensenada, uma empresa estatal e um dos maiores estaleiros do país. Inicialmente, o período estimado para a entrega da embarcação pelo estaleiro é de cinco anos. Portanto, observa-se como objetivo do projeto, além da atualização dos meios navais da Marinha, a capacitação de uma empresa estatal para a construção de um NDA, adquirindo experiência e *know-how* para que, futuramente, outros modelos sejam desenvolvidos e produzidos. Espera-se que seja proporcionado o desenvolvimento da Indústria de Defesa argentina, além do incremento da área de CT&I no setor naval e áreas

correlatas.

O modelo *LST-100* possui uma capacidade de 18 tripulantes, a maior parte de seus sistemas é automatizada, possui hangar para helicópteros, pode comportar 25 toneladas de equipamentos, suprimentos e pessoal, além de duas lanchas para desembarque anfíbio. Dessa forma, o *LST-100* agregará à Marinha da Argentina capacidade de operação eficiente em teatros litorâneos e insulares, aumentando a projeção de poder argentino.

Cabe ressaltar que esse projeto faz parte do conjunto de ações do Estado para adequação dos meios navais para um conflito moderno de tecnologias avançadas, e que não é um fim em si mesmo, mas permite possibilidades futuras à Indústria de Defesa e à Marinha visando ampliar suas capacidades operativas e de combate. Ademais, por ser construído no país, não é afetado pelo embargo britânico a equipamentos e insumos com fins militares, resquício da Guerra das Malvinas (1982).

Portanto, fica clara a importância da construção do NDA em estaleiro nacional, uma vez que a atividade agrega experiência e conhecimentos técnicos para o desenvolvimento futuro de modelos nacionais, fortalecendo, dessa forma, a Base Industrial de Defesa. Além disso, supre a necessidade atual de capacidade de suporte aos desembarques anfíbios, seja com suprimentos, equipamentos ou combatentes.



Fonte: Damen

As novas relações energéticas entre a América Latina e Europa

Guilherme Novaes

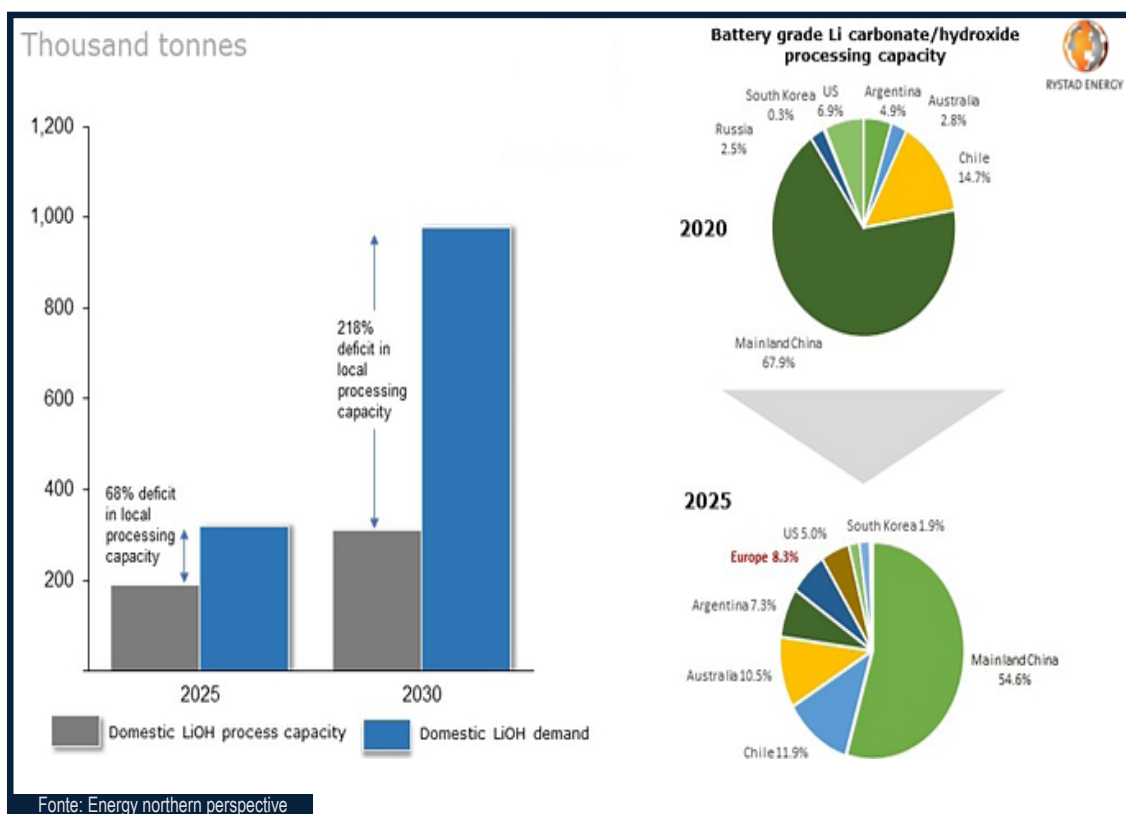
O conflito entre a Rússia e a Ucrânia reforçou o olhar europeu para as Américas relacionado aos recursos energéticos. Efeitos como a alta inflação em países da Europa Ocidental, derivada sobretudo da dependência energética da Rússia, fazem com que a União Europeia (UE) volte suas atenções para outras regiões em busca de alternativas. A transição energética entra diretamente nesse cálculo, tendo em vista as metas ambiciosas da UE, como a redução de 55% das emissões de carbono até 2030. Nesse cenário, como a América do Sul, uma região rica em recursos naturais e menos dependente de recursos fósseis, pode servir de catalisadora para a transição europeia?

No final de outubro de 2022, ocorreu a reunião ministerial entre representantes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e UE. No evento, representantes da UE evidenciaram os interesses em estreitar laços entre as regiões. Exemplos disso são o interesse europeu no acordo de livre comércio Mercosul-UE - com negociações paralisadas no momento - e acordos bilaterais de livre comércio que estão em fases avançadas com México e Chile. Em matéria de energia, a Argentina é alvo de interesse por suas grandes reservas de gás, com potencial para ser uma alternativa à Rússia. O Alto Representante da UE, Josep Borrell, entretanto, apontou no evento que lacunas de infraestrutura e

instabilidade econômica no país são entraves para um maior intercâmbio.

As grandes reservas de lítio, especialmente no chamado “triângulo do lítio” que envolve Argentina, Bolívia e Chile e agregam 60% das reservas mundiais, também são motivo de interesse europeu. O mineral é essencial para a fabricação de baterias recarregáveis, cada vez mais presentes no mundo conforme o avanço da transição energética. Segundo a Agência Internacional de Energia, a demanda mundial por lítio deve aumentar seis vezes até 2030, e Borrell também apontou no evento que as reservas sul-americanas são uma alternativa à China, atualmente, terceira maior produtora do mineral: “não precisamos procurar na China, ele está aqui”.

O desenho da geopolítica global foi duramente afetado pelo conflito russo-ucraniano. Os países europeus, mais afetados economicamente pelo conflito, buscam rápidas alternativas à dependência da energia russa. Esse contexto está acelerando as movimentações dos países da UE e da América do Sul, surgindo como uma oportunidade, devido às imensas e estratégicas reservas de recursos naturais. O desafio para os países sul-americanos, daqui em diante, será conciliar seus interesses para que ambas as regiões se beneficiem desta parceria, e não seja um “acordo de mão única”.



A militarização da Guarda Nacional mexicana

Victor Cabral

Entre setembro e outubro de 2022, o governo de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) aprovou no Legislativo mexicano a transferência da Guarda Nacional (GN) da Secretaria de Segurança – civil –, à Secretaria de Defesa Nacional – militar. Criada em 2019 por AMLO, a GN visava fortalecer a segurança pública pela perspectiva cidadã ao desmilitarizá-la, devido ao insucesso da via militar para a guerra às drogas adotada por seus antecessores. Agora, López Obrador muda de posição sobre a insegurança pública mexicana, transferindo a ação aos militares. Cabe então explicar as resistências e os possíveis desdobramentos desse processo.

A militarização da GN foi criticada politicamente por opositores e aliados de AMLO. Discordantes apontam: a inconstitucionalidade da subordinação da GN aos militares devido ao seu caráter civil e de segurança cidadã determinado pela lei que a criou; as dezenas de denúncias de violações de direitos humanos pelos militares; e incompatibilidade do treinamento estratégico das Forças Armadas ao eficaz combate à guerra às drogas nas ruas. Todavia, a manutenção das elevadas taxas de homicídios, disputas territoriais com narcotraficantes e o fortalecimento de seu poderio bélico demonstrariam a incapacidade do poder civil em lidar com a insegurança pública ([Boletim 106](#)), necessitando do reforço militar e sua atuação estratégica.

Durante seu período civil, a GN foi utilizada na fronteira México-Guatemala para a contenção dos fluxos migratórios. O seu emprego pode ser necessário novamente, desta vez contra uma real ameaça à Segurança Nacional, devido ao fortalecimento da narcopecuária na região. A narcopecuária é o processo de dominação territorial por narcotraficantes em áreas florestais para o desmatamento e tráfico de madeira; expansão pecuária para lavagem de dinheiro e controle de rotas de tráfico de armas, drogas e pessoas em áreas fronteiriças. Operações militares são realizadas em ambos os lados, mas têm sido infrutíferas na contenção de narcotraficantes devido às restrições de recursos financeiros e humanos. Todavia, o reforço de pessoal e armamento militar pode surtir efeitos no combate à narcopecuária e redução do transporte de drogas pelo território mexicano.

A mudança da segurança cidadã para o emprego estratégico da GN na fronteira seria interessante para conter ameaças estatais ao México. Recuperando uma perspectiva tradicional da segurança, o controle militar fronteiriço seria uma das últimas esperanças à soberania estatal na fronteira, que parece se esvaír diariamente com o poderio dos narcotraficantes na região. Contudo, dificilmente a militarização da GN solucionará a crise de insegurança pública que o México enfrenta, dado o histórico insucesso de militarização no país.



Os desvios ilegais de petróleo e a sofisticação da criminalidade na Nigéria

Isadora Jacques

Em outubro de 2022, foi encontrada no terminal nigeriano de Forcados, na região do Delta do Níger, uma conexão ilegal, ligando ao mar um dos principais terminais de exportação de petróleo do país que operava clandestina há nove anos. Tal terminal produz em média 250.000 barris por dia (bpd) de petróleo, mas paralisou sua produção após a descoberta de um vazamento, em julho de 2022. O chefe da estatal petrolífera nigeriana (NNPC, na sigla em inglês), Mele Kyari, atestou que, embora o roubo de petróleo aconteça há mais de 22 anos, atualmente, sua dimensão cresce sem precedentes. Dessa forma, questiona-se as consequências da sofisticação do roubo de petróleo da Nigéria, a maior exportadora petrolífera da África.

O roubo do petróleo nigeriano é classificado como uma atividade organizada e até mesmo sofisticada, já que o petróleo saqueado circula no mercado clandestino previamente ao depósito na cadeia legal do suprimento global do produto. Segundo Kyari, a Nigéria está perdendo receita potencial de aproximadamente 600.000 bpd de petróleo, uma vez que corporações têm abandonado terminais dominados pelo crime. As exportações de petróleo bruto estão abaixo de 1 milhão de bpd pela primeira vez desde 1990, privando a Nigéria do produto que representa a maior parcela de seu PIB. Entretanto, esses não são ataques meramente

oportunistas, mas operações orquestradas por redes locais e internacionais criminosas, que atuam com a conivência de cidadãos e governantes, refletindo problemas de governança nigeriana.

A descoberta desta conexão ilegal em 2022, justamente por seu caráter incomum, corrobora com a crença em uma operação de roubo sofisticada. Ademais, a distribuição do petróleo em uma dispersa cadeia de produção viabiliza manipulações criminosas. Com o intuito de reprimir o roubo e proteger as instalações petrolíferas, a NNPC concedeu, em agosto de 2022, contratos a empresas de ex-líderes de grupos militantes do Delta do Níger, os quais realizavam frequentes ataques nesses terminais. O aumento dos ataques está relacionado à má distribuição dos lucros do petróleo, que favorece apenas as elites do país, e à relativa ausência de domínio territorial na Nigéria, proporcionando um mau gerenciamento dos espaços terrestre e marítimo nigerianos.

Ademais, o vertiginoso aumento da violência no mar nos últimos anos é o resultado de décadas de mal-estar social e desordem econômica no litoral nigeriano. Caso a Nigéria não seja capaz de preencher as lacunas em seu controle territorial, forças insurgentes continuarão a usar o país para efetuar ataques, prejudicando o comércio de petróleo.



Um olhar para o futuro energético polonês

Rafaela Caporazzo

Em meio à instabilidade energética no continente europeu, intensificada pelo conflito russo-ucraniano, a Polônia busca expandir o desenvolvimento de energia nuclear limpa, segura e confiável para garantir a diversificação de seu suprimento e para aumentar a segurança energética do país. No início de novembro, Varsóvia assinou um acordo com a Coreia do Sul para a implementação de um projeto de energia nuclear em Patnow, no centro da Polônia. Diante disso, qual o potencial impacto dessa nova parceria estratégica polonesa para o país e para a União Europeia?

Enquanto a Polônia se esforça para eliminar gradualmente o carvão e reduzir sua dependência das fontes de energia russas, a Coreia do Sul busca reviver sua indústria nuclear. O acordo firmado pela estatal *Korea Hydro & Nuclear Power* (KHNP), o grupo de energia polonês *Zespół Elektrowni Patnow Adamow Konin SA* (ZE PAK), e a estatal polonesa de energia *Polska Grupa Energetyczna* (PGE) foi aprovado por Seul e Varsóvia e terá um plano de desenvolvimento preliminar até o final deste ano. Segundo a PGE, o projeto deve aumentar a competitividade da economia polonesa, criar novas oportunidades de investimento e, sobretudo, fornecer à população energia barata e limpa a um preço estável nos próximos 60 anos.

Em outubro, o Ministro de Ativos do Estado polonês,

Jacek Sasin, também discutiu o aprimoramento da parceria em Defesa da Polônia com a Coreia do Sul. Nesse sentido, as parcerias estratégicas nos setores de energia poderão funcionar também como estímulo para estreitar laços no contexto de Segurança e Defesa entre estes países.

Ademais, sendo um dos poucos países da Europa Central sem setor de energia nuclear, o compromisso com a segurança e a soberania energética polonesa pode servir de modelo para projetos futuros na região, à medida que as nações europeias começam a implementar políticas para enfrentar as mudanças climáticas e estratégias de diversificação para reduzir a dependência das fontes de energia russas.

Portanto, ao passo que a Polônia intensifica suas parcerias estratégicas para aumentar a segurança energética do país, os esforços para fortalecer a cooperação com Seul são promissores. A decisão polonesa é um passo fundamental para garantir a diversificação de seu suprimento de energia, cumprir as metas climáticas e servir como oportunidade para estreitar laços no âmbito da Defesa. Além disso, as iniciativas também podem funcionar, em um determinado momento, como modelo para a construção de um futuro energético sustentável no continente europeu.



Liderada pelo Brasil, a Operação *Mare Liberum II* ainda se mantém relevante

Melissa Rossi

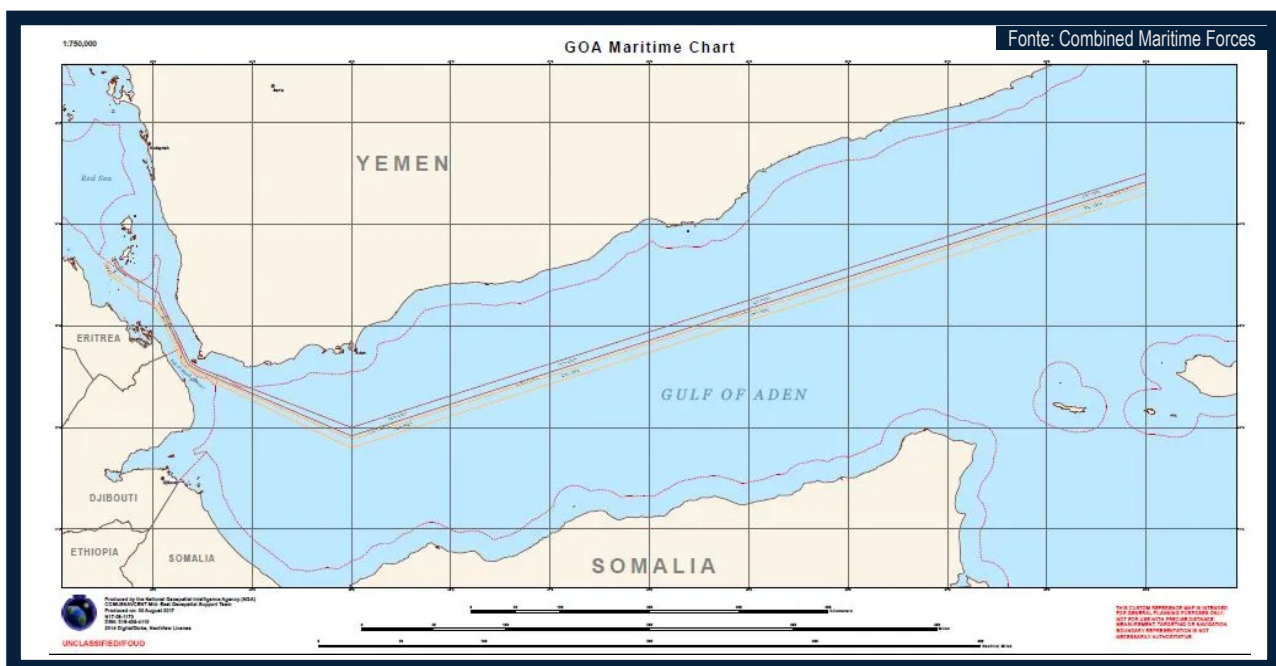
A Operação *Mare Liberum II*, organizada pela Força Tarefa Combinada 151 (CTF 151, sigla em inglês), ocorreu entre os dias 23 e 29 de outubro no Golfo de Áden e na Costa da Somália. A CTF 151 é uma força tarefa antipirataria parte das Forças Marítimas Combinadas, uma coalizão internacional de 34 países liderada pelos Estados Unidos, com base no Bahrein, e cujo objetivo principal é manter a livre-navegação nas áreas supracitadas. Atualmente, a Marinha do Brasil comanda a CTF 151. Em um contexto histórico de redução da pirataria na região, qual a importância da realização da Operação *Mare Liberum II*?

De fato, a pirataria tem diminuído consideravelmente na área devido à atuação efetiva de missões como a CTF 151 e a EUNAVFOR Somália (TF 465). Exemplo disso é a decisão da comunidade marítima internacional de retirar a designação de “Área de Alto Risco” (HRA, em inglês) na região no Golfo de Áden e Norte do Oceano Índico, onde embarcações comerciais são encorajadas a adotar medidas extras de segurança para afastar ataques piratas, caso necessário. Porém, há uma preocupação real de que, com o fim da HRA a partir de 1º de janeiro de 2023, os ataques possam aumentar na área. Isso porque é importante lembrar que os motivos políticos e sociais

responsáveis por gerar ações de pirataria continuam presentes em países como a Somália, que enfrenta desafios com regiões separatistas ao norte, como a Somalilândia e Puntlândia, origem da maioria dos ataques piratas no passado.

Nesse contexto, a Operação *Mare Liberum II* tem como objetivo lembrar a comunidade internacional de que o risco da pirataria ainda é real, por meio da realização de diversos exercícios conjuntos, como manobras táticas, controle de área marítima e reabastecimento vertical de helicópteros em voo. A Operação contou com a atuação do contratorpedeiro coreano *Kang Gam Chan* e do japonês *Harusame* - ambos contribuem diretamente para a CTF 151. Ademais, a fragata espanhola *Numancia*, navio-capitânia da EUNAVFOR Somália, também apoiou a Operação, reforçando a integração de diversas nacionalidades à iniciativa.

Portanto, a Operação *Mare Liberum II*, organizada pela CTF 151 e comandada por Almirante da Marinha do Brasil, além de realizar diversos exercícios marítimos conjuntos, busca também sinalizar a necessidade da comunidade internacional não reduzir as suas ações de combate à pirataria no Golfo de Áden e no litoral da Somália.



A longa viagem ao mar dos petroleiros russos

Luiza G. Guitarrari

Responsável pelo fornecimento de 10% da demanda global por petróleo, a Rússia figura como importante *player* da geopolítica energética. Isso posto, a recente imposição pelos países do G7 de um teto de preços para importações do petróleo russo, somada às restrições da União Europeia (UE) no consumo de serviços marítimos russos, poderão reconfigurar o setor petrolífero a nível mundial. Apenas este ano, a Rússia sofreu uma redução de até US\$ 3,2 bilhões em receitas e, com o novo teto entrando em vigor em 05 de dezembro de 2022, o país poderá perder a venda de estimados 1,5 milhão de bpd (barris por dia) de petróleo. Considerando que mais de 70% do petróleo russo é exportado pelo modal marítimo, o que esperar desses reordenamentos?

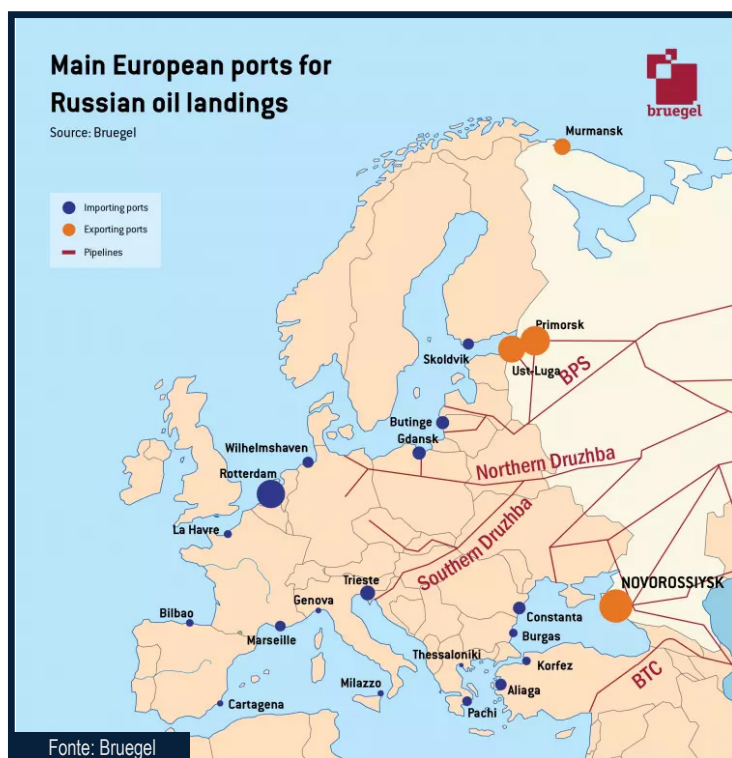
Embora possua uma extensa malha de oleodutos dispersos em seu território, as exportações de petróleo russo são realizadas, majoritariamente, pelo Mar Báltico e Negro. Por meio de navios-tanque *Aframax*, Moscou transporta até 600.000 barris por viagem para a Europa. Contudo, esse mercado torna-se gradualmente truncado na medida em que diversas empresas russas estão sob sanções e 90% das companhias de seguro e financiamento de navios-tanque são controladas pela UE e pelo Reino Unido. Nesse sentido, tornou-se imperativo ao governo russo se reorientar para outros mercados, em especial para a Ásia.

Durante a última Semana de Energia russa, evento

internacional ocorrido em outubro desse ano, Moscou declarou que não venderia seu petróleo a preços abaixo do mercado. Como resultado, desde fevereiro, as exportações de petróleo russo (conhecido pela marca Urals) para o mercado asiático aumentaram em seis vezes se comparado a 2021, com a Índia importando 1.200% a mais. Nesse panorama, a dificuldade russa centra-se nos custos de transporte e logística, visto que a rota para a Ásia é consideravelmente maior que a europeia, sendo necessários pouco mais de 200 navios-tanque para transportar 3,5 milhões de bpd.

Segundo o *think-tank Carnegie Endowment for International Peace*, estima-se que essa movimentação custará em torno de US\$ 1,5 a US\$ 2,5 bilhões aos cofres russos. A esses valores, somam-se os fretamentos feitos pela empresa de petróleo estatal russa *Rosneft*. Considerada a maior produtora de petróleo russo (cerca de 40% da produção nacional), a empresa deverá utilizar navios-tanques de sua subsidiária *Rosneftflot* e da empresa russa de transportes, *Sovcomflot*, detentora da maior frota mundial de petroleiros de médio porte.

Portanto, Moscou continuará a investir no petróleo Urals para contornar o teto de preços imposto pelo G7 e União Europeia, além de esperar que a demanda asiática custeie potenciais gastos e investimentos adicionais no seu setor marítimo.



Japão e Coreia do Sul: reestabelecimento de vínculos à vista

João Pedro Grilo

Além de extremamente próximos geograficamente, Coreia do Sul e Japão compartilham consideráveis similaridades: ambas são duas das mais sólidas democracias asiáticas, além de economias bem desenvolvidas e extremamente internacionalizadas. Tais similaridades também se estendem aos desafios enfrentados, tanto no âmbito doméstico, a exemplo da baixa taxa de natalidade, quanto no externo, referente às políticas beligerantes da China e da Coreia do Norte.

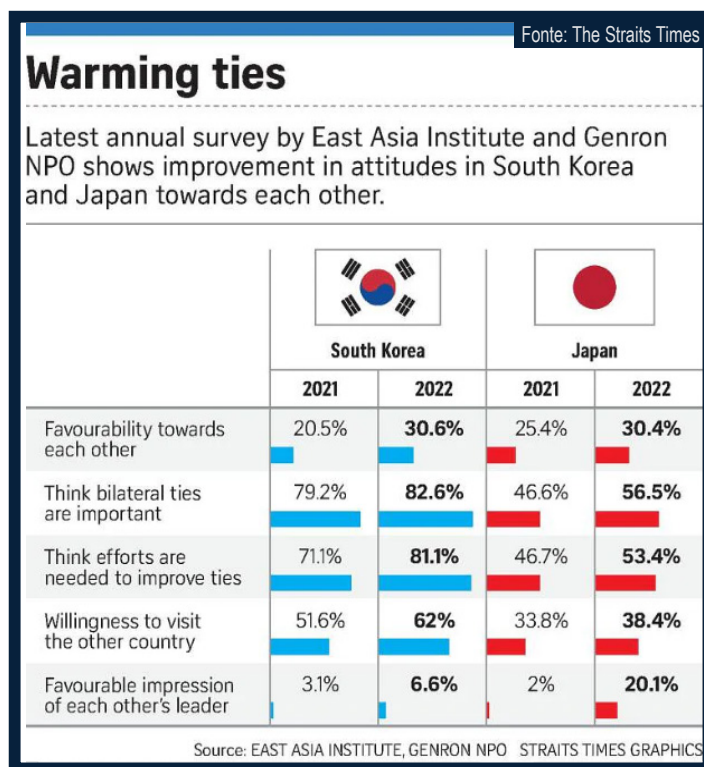
Apesar desses pontos de comunhão, a existência de disputas territoriais, revisionismo histórico e litígios comerciais, iniciados em 2018, encaminham a relação bilateral ao seu nível mais precário desde o seu reestabelecimento em 1965. Contudo, renovações políticas recentes, em ambos os países, além da intensificação dos lançamentos de mísseis balísticos norte-coreanos, transformam-se em um cenário favorável para a restauração de uma frutífera relação nipo-sul-coreana. Portanto, o presente artigo busca investigar qual o atual estado da relação bilateral desses países e quais seus possíveis desdobramentos futuros.

A recém-chegada do novo presidente Yoon Suk-yeol em março de 2022 iniciou uma onda de otimismo quanto ao futuro das relações entre Japão e Coreia do Sul. Tal expectativa fundamenta-se na tentativa do novo mandatário em alterar os rumos da política externa sul-

coreana ao fomentar boas relações com o Japão, tanto no âmbito comercial como no de defesa, mitigando os efeitos da gestão Moon Jae-in, 2017-2022, centrada em litígios de natureza histórica. Tal posição sul-coreana complementa-se com o interesse do atual primeiro-ministro japonês, Kishida Fumio, em resolver as pendências com seu vizinho frente às crescentes ameaças chinesa e norte-coreana, vistas por ambos os países como uma preocupação comum.

A reaproximação entre os países se manifesta de forma mais evidente no âmbito da defesa, como resposta ao número recorde de lançamentos balísticos norte-coreanos, que já somam 29 disparos de mísseis de pequeno e médio alcance, bem como intercontinentais. Tal postura norte-coreana fez com que o Japão e a Coreia do Sul priorizassem sua segurança e, em conjunto com os Estados Unidos, iniciassem uma série de exercícios militares, um antissubmarino e outro de detecção de mísseis balísticos, além da participação de Seul em uma parada naval comemorativa aos 70 anos das Forças Marítimas de Autodefesa japonesas.

Apesar da recente aproximação, resta saber se tal movimento será apenas pontual ou se ocasionará em uma cooperação sólida e duradoura. Para tal, além de ameaças externas comuns, será necessário superar as dificuldades geopolíticas do passado.



A importância das ilhas Andamão e Nicobar para a presença indiana no Indo-Pacífico

Rebeca Leite

Em 2014, durante a cúpula da ASEAN, o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, lançou a política *Act East*, uma revisão da *Look East Policy* que direciona a política externa do país para o Indo-Pacífico. O intuito é que a Índia aja e se envolva de forma prática e estratégica na região, para além do “olhar para o leste”. Nesse sentido, as ilhas Andamão e Nicobar são fundamentais para o *Act East*, pois, devido à sua localização geográfica, têm potencial para impulsionar o poder marítimo indiano no Indo-Pacífico.

A relevância de Andamão e Nicobar é vasta: do ponto de vista geopolítico, as ilhas estão próximas à Indonésia e ao Estreito de Malaca, uma das rotas comerciais marítimas mais lucrativas e estrategicamente importantes do mundo. Conceitualmente, trata-se de um *chockepoint*, ou seja, um ponto de passagem com um alto tráfego marítimo, por ser a rota mais curta entre os oceanos Índico e Pacífico. Economicamente, cerca de 60 mil navios comerciais trafegam pela Baía de Bengala a cada ano. Ademais, o arquipélago representa 30% da Zona Econômica Exclusiva da Índia, incluindo espécies marinhas relacionadas ao consumo de frutos do mar e

outros recursos.

Como forma de estabelecer uma parceria cada vez mais sólida, a Índia iniciou o desenvolvimento de um porto internacional na ilha Nicobar, projeto avaliado em cerca de 750 bilhões de rúpias indianas (aproximadamente US\$ 900 milhões). Já em 2020, o conjunto de ilhas foi interligado ao subcontinente por meio de cabos de fibra ótica, visando maior conectividade entre as regiões.

O arquipélago também é bem-visto pela Marinha da Índia: sua localização geográfica oferece ao país uma base orgânica para enfrentar seus principais desafios no Oceano Índico, como a pirataria, a segurança das linhas de comunicação marítima e a presença de navios chineses. Por isso, as ilhas são consideradas um “*unsinkable aircraft carrier*” ou “porta-aviões inafundável”.

Dessa forma, impulsionar a política externa, por meio do *Act East*, é um ativo fundamental para que os indianos aumentem sua capacidade de atuação estratégica na região, sobretudo em termos de poder marítimo. Assim, as ilhas Andamão e Nicobar contribuem na reafirmação da influência da Índia e de sua Marinha no Indo-Pacífico.



DOI 10.21544/2446-7014.n172.p13.

Transição energética e desenvolvimento nacional: a estratégia vietnamita

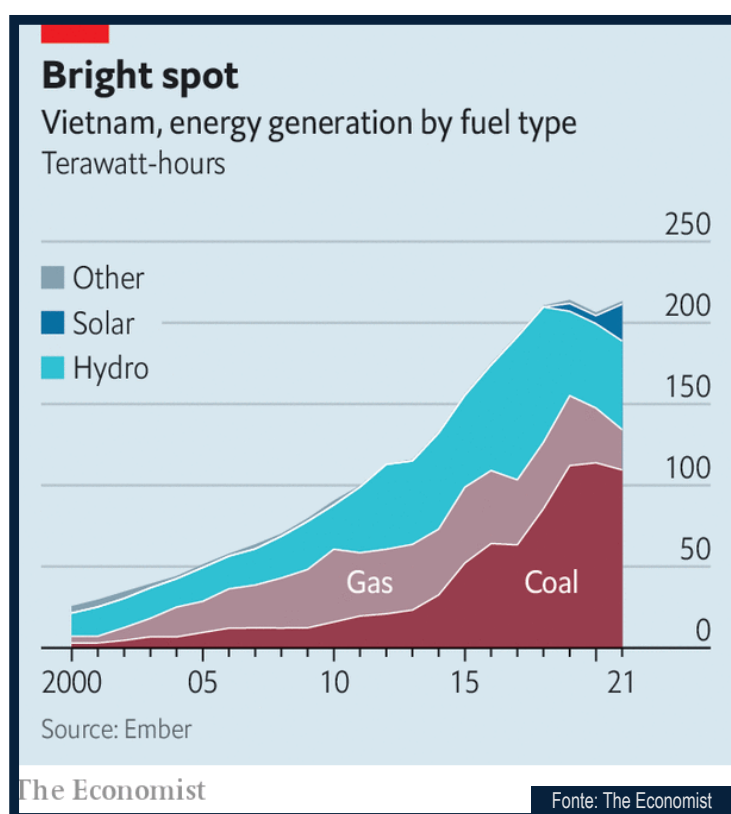
Guilherme Carneiro

O Vietnã se tornou uma economia voltada para a exportação, ou seja, dependente da liberdade de navegação no Mar do Sul da China e além. Seguindo esse princípio e o plano de ação para reduzir as emissões de carbono, o Ministério de Transportes vietnamita publicou um documento com medidas de apoio para que grandes proprietários de embarcações desenvolvam navios porta-contêineres com emissões zero de carbono até o ano de 2030. Nesse contexto, como a busca por uma menor pegada de carbono pode influenciar a estratégia econômica de Hanói?

O documento divide a estratégia para a redução de carbono no setor naval em duas fases: a primeira (2022-2026) é focada na revisão, reforma e/ou complemento dos regulamentos do transporte marítimo nacional – a fim de gerar uma base mais consistente para as empresas – ao mesmo tempo em que se utiliza de políticas de isenção para beneficiar a importação de embarcações movidas a energia limpa. A segunda (2026-2030), terá um novo modelo de gestão marítima implementado: companhias nacionais de transporte de contêineres serão apoiadas a alcançar mercados estrangeiros através de políticas de isenção que passarão a ser aplicadas às que operarem com navios porta-contêineres movidos a energia limpa, como hidrogênio.

Entretanto, diminuir o impacto ambiental não é a única motivação para tais mudanças no setor marítimo, a transição energética que o país está propondo chama atenção para a cooperação externa no Mar do Sul da China. Atualmente, o Vietnã é um dos poucos Estados do Sudeste Asiático que se propuseram a seguir o caminho para se tornar uma “economia verde”, *status* que atrai diversos investimentos estrangeiros, principalmente de empresas estadunidenses que oferecem ajuda financeira e compartilhamento tecnológico. Ao criar políticas para diminuir a emissão de carbono no setor naval, o Vietnã se aproxima de países como Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, o que fortalece a economia do país e sua liberdade de atuação no território marítimo.

Dessa forma, os portos vietnamitas são um dos meios pelos quais o país vem se aproximando do Ocidente, expandindo seu mercado e garantindo seu desejo de livre-navegação. Além de serem condizentes com seu objetivo de emissão zero de carbono, essas políticas no setor naval influenciam a estratégia econômica do Vietnã na medida em que torna o país um “hotspot” para investimentos em energia renovável, aumentando sua importância no Sudeste Asiático e atraindo aliados importantes.



Os impactos das relações sino-estadunidenses no sexto continente e a COP27

Gabriela Paulucci Hora Viana

A reunião anual da Convenção sobre Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) ocorre em momento particular e complexo da geopolítica mundial. Na 41ª reunião da Convenção, 26 países e a União Europeia discutiram sobre a preservação e conservação dos recursos marinhos do sexto continente. É importante ressaltar que a CCAMLR é um órgão primordial vinculado ao Sistema do Tratado da Antártica (STA), e está em vigor desde 1982. Sob este escopo, os Estados Unidos acusaram Rússia e China de impedirem a criação de três novas áreas protegidas em águas antárticas. É importante associar o peso deste discurso estadunidense, que surge no momento em que a Convenção defende a preservação das áreas ao leste da Antártica, no Mar de Weddell e ao redor da Península Antártica Ocidental.

Os gradativos interesses chineses no sexto continente ilustram a importância da Antártica como mais um polo estratégico. Consequentemente, o continente gelado, assim como o Pacífico, é mais um ponto de tensão para as relações entre China e Estados Unidos. Este movimento é visto com a construção da quinta estação chinesa na Ilha *Inexpressible*, na plataforma de gelo do Mar de Ross. Ao mesmo tempo, os EUA investem em sua operação *Deep Freeze*, missão anual de apoio à

National Science Foundation. A Operação contará com 420 aviadores da Guarda Nacional de Nova York, que serão enviados à Antártica durante os próximos quatro meses para apoiar a pesquisa climática e outras atividades científicas durante o verão. A missão 2022-2023 envolve o apoio a três acampamentos científicos fora da área da estação McMurdo, além de fornecer transporte aéreo entre a Nova Zelândia e a Antártica.

A tensão entre China e EUA impacta na semana da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), que acontece na cidade de Sharm El Sheikh, no Egito. Este ano, a COP27 está sendo apelidada de "COP da implementação", tendo por objetivo executar as diretrizes do Acordo de Paris. A Antártica é relevante neste contexto pois, como um dos principais reguladores climáticos do globo, é um dos elementos fundamentais para que haja o cumprimento de limitar a temperatura global abaixo dos 2°, preferencialmente mantendo-a abaixo de 1.5°. Para tal, algum nível de cooperação e assistência mútua dos países é essencial para que haja a responsabilidade das medidas coletivas contra a mudança climática e, mais do que isso, uma possível cooperação entre as duas maiores potências globais significaria o progresso das dinâmicas socioambientais e econômicas no sistema internacional.

DOI 10.21544/2446-7014.n171.p15.

TEMAS ESPECIAIS

O caso Pegasus no México e suas implicações para o cenário de segurança cibernética

José Martins Rodrigues Junior

Desde 2016, a tecnologia *Pegasus*, desenvolvida pela empresa israelense NSO, tem sido comprada e operacionalizada por Estados para a condução de atividades de espionagem cibernética. No México, por exemplo, foi revelado pela mídia que, em 2021, mais de 15 mil pessoas, incluindo jornalistas, políticos e ativistas, foram alvos do *malware*. Embora Lopes Obrador tenha prometido em sua posse cessar a espionagem contra seus cidadãos, surgiram revelações de que membros da sociedade permanecem alvos da *Pegasus*. Neste sentido, de que maneira tecnologias como a *Pegasus* afetam o atual cenário de segurança cibernética?

Primeiramente, é necessário destacar as mudanças ensejadas pela espionagem cibernética comparadas a técnicas convencionais de espionagem. Neste sentido,

a utilização de métodos tradicionais impõe limitações físicas para o volume e alcance das informações que podem ser coletadas. Entretanto, ao englobar os ativos do ciberespaço, a espionagem expande substancialmente a quantidade, extensão e velocidade de se obter as informações-alvo, alterando de maneira fundamental o escopo destas operações sem um aumento proporcional de riscos.

Todavia, permanecem as dificuldades de atribuição e, sobretudo, controle destas atividades. No caso mexicano, quatro órgãos do Governo Federal possuem acesso formal ao programa, porém não existem rastros contundentes que apontam quais órgãos, entidades ou indivíduos estariam conduzindo essas operações. Isso ocorre pois a infraestrutura do *Pegasus* é fornecida pela

NSO. Uma análise forense dos ataques apenas indica que estão partindo de servidores da empresa israelense, dificultando uma análise inicial mais detalhada. Além disso, é possível que esta capacidade de vigilância seja também utilizada por entidades privadas. Assim, atrelado à ausência de um controle efetivo, abre-se espaço para o uso abusivo da tecnologia. Como revelado, entre os 50 mil telefones infectados pelo *malware*, 15 mil eram de cidadãos mexicanos, o que expõe tanto o uso massivo do programa quanto constantes violações de direito à privacidade de jornalistas, políticos, ativistas e outros cidadãos.

Tecnologias como a Pegasus, portanto, estendem

a capacidade de espionagem cibernética dos Estados e tensionam ainda mais as discussões sobre atribuição e controle destas atividades, reforçando, sobretudo, a posição da população civil como potencial alvo no atual cenário de segurança cibernética. Neste contexto, o caso mexicano explicita as possibilidades de abuso da espionagem cibernética sobre seus próprios cidadãos, assim como as dificuldades impostas para cessar estes excessos. Apesar de interesses legítimos dos Estados, estes desafios ainda serão enfrentados por países que incorporarem tecnologias similares em seus órgãos militares, de inteligência e de segurança pública.



DOI 10.21544/2446-7014.n172.p15-16.

Crescentes investimentos na tecnologia de defesa marítima e seu significado para a cibersegurança

Raquel Torrecilha Spiri

Avanços na área de tecnologia marítima foram divulgados recentemente quando um robô anfíbio fabricado pela *Nauticus Robotics* foi comprado pela Unidade de Inovação em Defesa (DIU, sigla em inglês) dos Estados Unidos. O robô ainda é um protótipo e algumas melhorias foram solicitadas pelo governo estadunidense, como identificar e desviar de obstáculos, além de identificar minas e outros alvos de interesse. A tecnologia é originalmente norueguesa, já que a *Nauticus Robotics* é parte da *Det Norske Veritas* (DNV), companhia focada em desenvolvimento de tecnologia para Defesa.

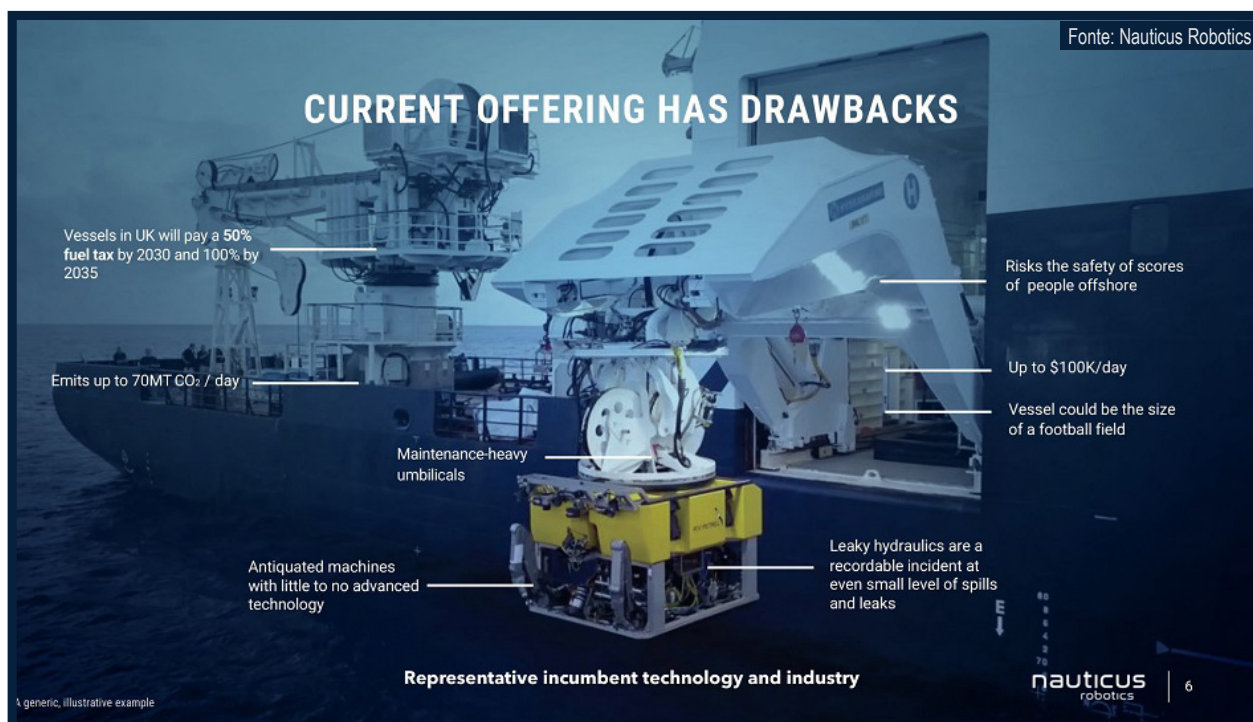
O robô batizado de Veículo Autônomo de Resposta Anfíbio (*Amphibious Autonomous Response Vehicle*) evidencia os investimentos que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) está disposto a fazer na garantia da Defesa Naval. A tecnologia, muito comparada ao advento dos *drones*, foi amplamente aceita sob a justificativa da desminagem do fundo dos oceanos e mares, um risco antes assumido por profissionais dedicados à atividade. Entretanto, quando se considera que “outros alvos de interesse” também estão nos planos do DoD, não podemos deixar de considerar a espionagem e o fato do robô anfíbio poder ser mais um elemento da

cyberwarfare.

O *software* do robô anfíbio também é de desenvolvimento da equipe da *Nauticus Robotics* e foi projetado para ser alterado e adaptado para atender ao programa da DIU, levando a crer que este poderá ser um novo elemento para a chamada *cyberwarfare*. Para além da dominação aérea e terrestre, o domínio marítimo ainda era um desafio e considerado algo isolado do ciberespaço. Entretanto, iniciativas como essa da *Nauticus Robotics* podem representar um ponto de mudança no setor de cibersegurança.

Ressalta-se que o Veículo Autônomo de Resposta Anfíbio da *Nauticus* não é a única iniciativa do tipo. A *Bayonet Ocean Vehicles*, da *Green Systems*, também é um veículo marítimo que vem recebendo investimentos da DIU e do DoD, com testes em andamento nos EUA. Além disso, em setembro de 2022, outro robô anfíbio similar já vem sendo testado pelo Comando de Sistemas do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

De maneira geral, observou-se que no ano de 2022 a Unidade de Inovação em Defesa dos Estados passou a se atentar mais à Defesa Naval com maiores investimentos em veículos anfíbios que podem ser, no futuro, utilizados para operações para além da contraminagem.



DOI 10.21544/2446-7014.n1172.p17.

- ▶ [The Age of Megathreats](#)
PROJECT SYNDICATE, Nouriel Roubini
- ▶ [The real message B-52s send from northern Australia](#)
THE INTERPRETER, Sam Roggeveen
- ▶ [Russia's Dangerous Decline](#)
FOREING AFFAIRS, Andrea Kendall-Taylor e Michael Kofman
- ▶ [Experts React: The Biden Administration's National Defense Strategy](#)
STIMSON, Herbert "Hawk" Carlisle e Kelly A. Grieco
- ▶ [France and AUKUS: Bouncing Back to Live Up to Pacific Challenges](#)
SECURITY STUDIES CENTER/ CENTER FOR ASIAN STUDIES, Jérémy Bachelier e Céline Pajon

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

NOVEMBRO

Principais eventos de 08 a 23 de novembro

<p>08-13</p>  <p>CAMBODJA 40ª & 41ª CÚPULAS DA ASEAN</p>	<p>11-12</p>  <p>FRANÇA FÓRUM DE PARIS SOBRE A PAZ 2022</p>	<p>13-16</p>  <p>INDONÉSIA CÚPULA DE LÍDERES DO G20</p>	<p>18</p>  <p>JAPÃO FIM DO EXERCÍCIO MALABAR</p>
<p>18</p>  <p>EGITO FIM DO COP27</p>	<p>19</p>  <p>MALÁSIA ELEIÇÕES GERAIS</p>	<p>20</p>  <p>CAZAQUISTÃO ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS</p>	<p>20</p>  <p>GUINÉ EQUATORIAL ELEIÇÕES GERAIS</p>

REFERÊNCIAS

- **Novo projeto de Navio de Desembarque Anfíbio argentino**
DAMEN. [Barco de desembarco y transporte 100](#). Damen, 2022. Acesso em: 9 out. 2022.
MARY, Gonzalo. [Argentina elige el diseño de Damen para su futuro buque de desembarco anfíbio](#). Infodefensa, 13 set. 2022. Acesso em: 9 out. 2022.
 - **As novas relações energéticas entre a América Latina e a Europa**
CENTENERA, Mar; CRIALES, José Pablo. [La guerra de Ucrania renueva el interés de Europa por América Latina](#). El País, 27 out. 2022. Acesso em: 03 nov. 2022
SIMSON, Kadri; SANTOS, Thauan. [The energy transition and geographical areas: what is happening in Europe and Latin America?](#) Enel Green Power, 2022. Acesso em: 03 nov. 2022.
 - **A militarização da Guarda Nacional mexicana**
APPLEBY, Peter. [Ejército de México seguirá combatiendo crimen a pesar de abusos de derechos humanos](#). InsightCrime, 06 out. 2022. Acesso em: 14 out. 2022.
MELGOZA, Alejandro; PADOVASSILAKIS, Alex. [Patrullaje en la selva Maya: La lucha contra la tala ilegal en la frontera Guatemala-México](#). InsightCrime, 28 set. 2022. Acesso em: 14 out. 2022.
 - **Os desvios ilegais de petróleo e a sofisticação da criminalidade na Nigéria**
EBOH, Camillus. [Nigerian oil export terminal had theft line into sea for 9 years](#). Reuters, 6 out. 2022. Acesso em: 13 out. 2022.
[Top Nigerian Government Officials, Security Operatives Involved In Oil Theft —Report](#). Sahara Reporters, 16 out. 2022. Acesso em: 03 nov. 2022.
 - **Um olhar para o futuro energético polonês**
[Poland, South Korea to cooperate on nuclear power project](#). Reuters, 31 out. 2022. Acesso em: 05 nov. 2022.
[Poland, South Korea sign outline accords on nuclear power project](#). Aljazeera, 31 out. 2022. Acesso em: 05 nov. 2022.
 - **Liderada pelo Brasil, a Operação Mare Liberum II ainda se mantém relevante**
[Brasil participa da operação MARE LIBERUM II](#). Agência Marinha de Notícias, 26 out. 2022. Acesso em: 30 out. 2022.
[CTF 151 atua no Golfo de Aden e na Baía da Somália para garantir a livre navegação](#). Defesa Aérea & Naval, 31 out. 2022. Acesso em: 01 nov. 2022.
 - **A longa viagem ao mar dos petroleiros russos**
LIN, Max. [Russia likely to struggle to find enough tankers to evade G7 oil price cap](#). S&P Global, 25 out. 2022. Acesso em: 05. nov. 2022.
VERMA, Nidhi. [Rosneft moves into tanker chartering as EU ban looms](#). Euro News, 17 out. 2022. Acesso em: 05 nov. 2022.
 - **Japão e Coreia do Sul: reestabelecimento de Vínculos a Vista**
BRAZINSKY, Gregg. [Achieving a More Durable Japan-South Korea Rap-prochement](#). United States Institute of Peace, 06 set. 2022. Acesso em 04. nov. 2022
[Japan, U.S., South Korea vow to keep effective defense cooperation](#). Kyodo News, 21 out. 2022. Acesso em 04 nov. 2022.
 - **A importância das ilhas Andamão e Nicobar para a presença indiana no Indo-Pacífico**
CHINOY, Sujan R. [Time to Leverage the Strategic Potential of Andaman & Nicobar Islands](#). Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses, 26 jun. 2020. Acesso em 04 nov. 2022.
DEY, Dipankar. [India's Act East Policy: A Study of Andaman and Nicobar Perspective](#). International Journal of Research Culture Society, v. 3, n. 3, 2019. Acesso em: 04 nov. 2022.
 - **Transição energética e desenvolvimento nacional: a nova estratégia vietnamita**
ANH, Kim. [Viet Nam sets course for zero carbono shipping by 2030](#). Government News, 03 out. 2022. Acesso em 07 out. 2022.
PHAM, Celina. [US Presidential Envoy visit to Vietnam underlies cooperation on climate change issues](#). Vietnam Briefing, 27 set. 2022. Acesso em 04 out. 2022.
 - **Os impactos das relações sino-estadunidenses no sexto continente e a COP27**
[Russia and China must 'get on side with conservation', US tells Antarctic commission meeting in Hobart](#). The Guardian, 24 out. 2022. Acesso em: 01 nov. 2022.
[Conclusion of 41st CCAMLR Meeting. U.S. Department of State](#), 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
 - **Crescentes investimentos na tecnologia de defesa marítima e seu significado para a cibersegurança**
KATZ, Justin. [DIU taps Nauticus Robotics to develop amphibious, mine-hunting drone](#). Breaking Defense, 13 out. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
[Prototyping Autonomous Amphibious Response Vehicles for EOD Operations - Defense Advancement](#). Defense Advancement, 18 out. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
 - **O caso Pegasus no México e suas implicações para o cenário de segurança cibernética**
KIRCHGAESSNER, Stephanie. [Mexico: reporters and activists hacked with NSO spyware despite assurances](#). The Guardian, 04 out. 2022. Acesso em: 26 out. 2022.
[Mexico president denies spying on critics after Pegasus allegations](#). Reuters, 4 out. 2022. Acesso em: 28 set. 2022.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio

risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- AFGANISTÃO - Crise estrutural: ['Afghanistan Is Hell': Supporters Of Late Afghan General Claim Taliban Killings, Persecution](#). **Gandhara**, 02 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Armenia, Azerbaijan In New Border Shootout Ahead Of US Talks](#). **Barron's**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- BELARUS - Tensão regional: [Belarus Continues Crackdown, Sentences Businessman To 15 Years For Chat Groups](#). **Rferl**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- BURKINA FASO - Instabilidade Sociopolítica: [Le Burkina Faso peut-il se tourner vers Wagner et la Russie ? Le Journal de l'Afrique](#), 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- HAITI - Crise estrutural e instabilidade política: [Haiti gang leader to lift fuel blockade amid shortages](#). **Associated Press**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- IÊMEN - Crise humanitária: [War crimes committed by Yemen's Houthis since truce expiry: U.N.](#) **Reuters**, 04 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- LÍBANO - Crise estrutural: [In bankrupt Lebanon, locals mine bitcoin and buy groceries with tether, as \\$1 is now worth 15 cents](#). **CNBC**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- MALI - Conflitos internos e tensões regionais: [Six UN peace keepers wounded in IED attack in central Mali](#). **The North Africa Post**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- MIANMAR - Golpe militar: [FIJ pressiona países a cobrarem fim das violações em Myanmar](#). **MediaTalks**, 03 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Cabo Delgado: População relata mortes e raptos em Muidumbe](#). **DW**, 08 nov. 2022. Acesso em: 08 nov. 2022.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Conflitos internos: [DR Congo president calls for youth to form 'vigilance groups' amid resurgence of M23 rebels](#). **France 24**, 04 nov. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [The Ukraine war is deepening Russia's ties with North Korea as well as Iran](#). **The Guardian**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Syria: At least 9 killed after attack on displacement camps](#). **Aljazeera**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [Governo da Somália anuncia morte de 21 membros do grupo extremista Al-Shebab](#). **Observador**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• SRILANKA - Crise estrutural: [Sri Lanka's energy crisis is a glimpse of what's coming | United Nations Development Programme](#). **UNDP**, 04 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

► MÉDIO RISCO:

• ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes e acordo de paz: [Ethiopian and Tigray forces launch hotline as new peace talks begin](#). **Reuters**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• IRAQUE - Crise política: [Will Iraq's new prime minister bring change — or more of the same?](#). **The Hill**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• LÍBIA - Crise estrutural e tensão eleitoral: [Haftar: We are getting close to making decisive decision to restore the Libyan](#). **The Libya Update**, 31 out. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• SUDÃO - Golpe de Estado e conflito fronteiriço: [Pro-Coup Coalition Forms in Sudan, Hopes to Break Country's Political Stalemate](#). **VOA News**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Un informe presentado ante la CPI involucra a once funcionarios militares por crímenes de lesa humanidad en Venezuela: "Los patrones se repiten en cada caso"](#). **Infobae**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan' Ex-PM Imran Khan to Resume Push For Early Elections After Being Shot](#). **Bloomberg**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

• BOLÍVIA - Instabilidade Sociopolítica: [Representantes del 'movimiento cívico' amenazan con convocar un paro nacional el lunes en Bolivia](#). **Europapress**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• COLÔMBIA/PANAMÁ - Crise Migratória: [Panamá registra descenso de migrantes venezolanos, aumenta la llegada de ecuatorianos y haitianos](#). **VOA News**, 03 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• COREIA DO NORTE - Teste de mísseis: [North Korea: Missile tests simulated attack on U.S., South Korean targets](#). **AXIOS**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El Salvador Fights Gangs by Destroying Members' Tombstones](#). **VOA News**, 03 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [As Violence Torments Ecuadoran City of Guayaquil, Even Police Cover](#). **VOA News**, 04 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• EUROPA OCIDENTAL - Tensões com a Rússia e crise energética: [Is Ukraine war speeding Europe's transition to renewable energy?](#). **Aljazeera**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [3 Keralite sailors detained in Equatorial Guinea](#). **Awaz The Voice**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• IRÃ - Protestos contra o governo: [Iranian lawmakers demand 'no leniency' for protesters as mass demonstrations continue](#). **CNN**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• MAR DO SUL DA CHINA - Exercícios navais conjuntos: [Navy's Malabar Exercise To Have Complex Surface, Sub-Surface And Air Ops](#). **U.S. Navy NDTV**, 03 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

• MAR DA CHINA ORIENTAL - Tensões regionais: [Japan eyes portable harbours to defend islands in East China Sea](#). **GCR**. 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

- NICARÁGUA - Crise política: [Nicaragua ruling party seeks to expand hold in local votes](#). **Associated Press**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- NIGÉRIA - Conflitos internos: [Nigeria needs holistic approach to overcome growing insecurity – Agora](#). **Business Day**, 07 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- PERU - Instabilidade sociopolítica: [Thousands march in Peru, demanding resignation of leftist President Castillo](#). **Reuters**, 06 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.
- TAIWAN - Embate China-EUA: [US, Taiwan Plan In-Person Trade Talks as China Tensions Simmer](#). **Bloomberg**, 03 nov. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.